

Formulário de Resposta aos recursos - CES-C02

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
CES-C02_1-31	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão deve ser anulada porque apresenta erros conceituais em todas as alternativas, tornando impossível responder corretamente ao enunciado. O caso descrito trata de uma situação em que, devido à peculiaridade técnica do projeto, apenas uma empresa possui a tecnologia necessária para executar a obra. Essa circunstância caracteriza a inviabilidade de competição, o que configura uma hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>O gabarito preliminar apontado pela banca, que indica a alternativa "B" ("Dispensar a licitação com</p>	Deferido	ANULADA

	<p>base na inviabilidade de competição"), está tecnicamente incorreto. A dispensa de licitação, prevista no art. 75 da referida lei, aplica-se a situações em que há competição possível, mas esta é dispensada por razões específicas, como valores baixos ou situações emergenciais. Já a inexigibilidade, prevista no art. 74, é aplicável quando a competição é inviável, como ocorre no caso descrito, em que apenas um fornecedor atende às exigências do projeto.</p> <p>Além disso, a alternativa "E", que menciona "estabelecer obrigatoriamente um processo de inexigibilidade de licitação para todos os fornecedores", também está errada, pois inexigibilidade pressupõe que não há competição, tornando inviável a inclusão de "todos os fornecedores" em tal processo. Essa redação é contraditória e não reflete a lógica da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>As demais alternativas (A, C e D) estão igualmente</p>		
--	--	--	--

	<p>equivocadas, pois não abordam corretamente os critérios legais para a contratação direta. Logo, conclui-se que nenhuma das alternativas disponíveis responde de forma adequada ao enunciado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E QUESTÃO ANULADA.</p>		
CES-C02_1-32	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A resposta correta é:</p> <p>"Princípio da competência."</p> <p>O Princípio da competência estabelece que os ativos devem ser reconhecidos no momento em que houver a probabilidade de que benefícios econômicos futuros ou potenciais serviços fluam para a entidade pública e que seu custo ou valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Este princípio é fundamental na</p>	Indeferido	

	<p>contabilidade aplicada ao setor público, pois assegura que receitas e despesas sejam registradas no período em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.</p> <p>Análise das outras alternativas:</p> <p>"Princípio da prudência": Este princípio orienta que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas com cautela, para evitar superestimações de ativos ou receitas, mas não é o foco central no reconhecimento de ativos.</p> <p>"Princípio do valor justo": Embora o valor justo seja importante para a mensuração dos ativos, ele é uma ferramenta de avaliação e não um princípio relacionado diretamente ao reconhecimento de ativos.</p> <p>"Princípio da confiabilidade": A confiabilidade é uma característica qualitativa fundamental da informação contábil, mas não é classificada como um princípio específico para</p>		
--	--	--	--

	<p>reconhecimento de ativos.</p> <p>"Princípio do registro pelo valor original": Este princípio determina que os registros contábeis sejam feitos pelo valor de aquisição ou custo histórico, mas não aborda diretamente o momento de reconhecimento de ativos.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
CES-C02_1-33	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A resposta correta é:</p> <p>"I e III, apenas."</p> <p>Justificativa: I - Correta: A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que o limite máximo para a despesa com pessoal seja de 60% da receita corrente líquida (art. 19 da LRF), sendo dividido em 50% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo nos municípios,</p>	Indeferido	

	<p>com o restante para outros poderes.</p> <p>II - Incorreta: A LRF não exclui os valores pagos a servidores inativos do cálculo da despesa com pessoal. Pelo contrário, tais valores fazem parte das despesas com pessoal, conforme definido no art. 18.</p> <p>III - Correta: A LRF prevê que, caso o ente público ultrapasse o limite estabelecido para despesas com pessoal, medidas de correção devem ser adotadas nos dois quadrimestres seguintes, conforme o art. 23.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--